

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 2/2025**  
**UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 1.117/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria da Mulher, Idoso e Juventude
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 29/4/2025

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

A Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude de Dois Vizinhos atua diretamente na promoção de políticas públicas específicas para a valorização, proteção e fortalecimento dos direitos desses segmentos populacionais. No exercício dessa responsabilidade pública, uma das necessidades permanentes identificadas é a de garantir o fornecimento regular de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, com o objetivo de atender às demandas específicas e inadiáveis que surgem no cotidiano de suas ações.

A Secretaria desenvolve, de forma sistemática, grupos de acompanhamento e fortalecimento, voltados para mulheres, idosos e jovens, que buscam proporcionar espaços de escuta, acolhimento, empoderamento e construção de cidadania. Esses grupos representam uma estratégia fundamental para estimular a participação social, fortalecer vínculos comunitários e familiares, e promover a autonomia dos participantes, em especial daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Dentro desse contexto, a disponibilização de lanches durante os encontros dos grupos tem se mostrado uma prática necessária e eficaz, não apenas para suprir carências alimentares pontuais, mas também como instrumento de acolhimento e incentivo à permanência dos usuários nas atividades ofertadas. A oferta de alimentos configura-se como uma ação de cuidado e respeito à dignidade dos participantes, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e as políticas públicas municipais.

Ademais, a Secretaria realiza periodicamente eventos, campanhas e mobilizações destinadas à promoção de direitos, à valorização da diversidade e ao enfrentamento das desigualdades de gênero, etárias e geracionais. Nesses eventos, a oferta de gêneros alimentícios contribui para a igualdade de condições entre os participantes, superando barreiras materiais que poderiam impedir a plena participação das populações mais vulneráveis.

Assim, a necessidade de fornecimento de alimentos perecíveis e não perecíveis surge como insumo indispensável para o cumprimento dos objetivos finalísticos da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude, reafirmando o compromisso da gestão pública com a promoção da dignidade humana, da equidade e da inclusão social.

**LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

Diante da necessidade permanente e essencial de disponibilização de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis no âmbito da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude de Dois Vizinhos, foi realizada uma análise crítica e fundamentada das alternativas existentes para o atendimento da demanda pública identificada. Esta análise tem por objetivo garantir que a solução escolhida esteja alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência, da continuidade do serviço público e, sobretudo, da legalidade e do dever do Estado em assegurar direitos fundamentais.

Inicialmente, foi considerada a possibilidade de celebrar parcerias com organizações da sociedade civil, nos moldes previstos pela Lei nº 13.019/2014. Contudo, tal hipótese mostrou-se inviável frente à realidade local. As poucas entidades existentes no município com atuação voltada para a promoção de direitos de mulheres, idosos e jovens enfrentam dificuldades



estruturais e financeiras para manter suas atividades, dependendo frequentemente de campanhas de arrecadação, rifas e doações para garantir sua própria subsistência. Embora exerçam papel relevante na sociedade, essas organizações não possuem a estrutura logística, financeira ou operacional necessária para assumir o compromisso contínuo de fornecimento de alimentos, tampouco dispõem de condições para gerenciar estoques, realizar compras regulares ou cumprir cronogramas de entrega que garantam o abastecimento necessário às atividades da Secretaria.

Ademais, mesmo que houvesse entidades aptas, a responsabilidade pela oferta de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades da Secretaria da Mulher, do Idoso e da Juventude é indelegável. A disponibilização de alimentação durante os grupos e eventos promovidos pela Secretaria configura-se como uma ação pública de promoção da cidadania, inclusão e fortalecimento de vínculos, não podendo ser transferida a entes privados sem prejuízo à continuidade, à regularidade e à responsabilidade estatal.

Também foi analisada a possibilidade de atender às necessidades por meio de doações regulares de supermercados, padarias, entidades filantrópicas ou parceiros privados. Entretanto, embora tais doações sejam positivas como apoio pontual, não oferecem a previsibilidade, a regularidade, a padronização ou a garantia de qualidade nutricional exigidas. A execução de políticas públicas não pode ser condicionada à aleatoriedade da caridade privada, sob pena de colocar em risco a execução das ações planejadas e comprometer o atendimento igualitário à população-alvo.

Outra alternativa considerada foi a centralização do fornecimento de alimentos por meio da própria estrutura da Secretaria, com aquisição em atacado, estocagem e distribuição interna. Essa hipótese revelou-se inviável técnica e economicamente, dado que a Secretaria não dispõe de espaço físico climatizado e adequado para armazenamento de perecíveis, nem de equipe técnica suficiente para executar as tarefas de controle, separação, entrega e observância de padrões sanitários. A implantação dessa estrutura demandaria altos investimentos em infraestrutura e pessoal, contrariando os princípios da economicidade e da proporcionalidade diante de uma necessidade que pode ser atendida de forma mais eficiente por outras vias.

Diante dessas análises, a única solução viável, técnica e economicamente justificável, é a aquisição direta dos gêneros alimentícios pela administração pública, com fornecimento regular conforme necessidade da secretaria, de acordo com as necessidades específicas dos serviços desenvolvidos pela Secretaria. Esta opção atende não apenas aos requisitos de eficiência e racionalidade administrativa, mas também reafirma a obrigação de garantir a execução contínua e digna das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres, idosos e jovens, conforme os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da promoção da igualdade e da inclusão social (art. 6º e art. 23, inciso II da Constituição Federal).

Nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, foi realizada a análise sobre o enquadramento da atividade de aquisição de alimentos. A legislação estabelece que o Simples Nacional é um regime tributário simplificado destinado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), desde que suas atividades não estejam entre aquelas vedadas pela lei. No caso em análise, a aquisição de alimentos não configura vedação explícita ao enquadramento no Simples Nacional, o que permite a participação de empresas optantes por este regime tributário, desde que atendam aos critérios de capacidade técnica e operacional definidos no edital.

Assim, o edital será redigido de forma a garantir a ampla competitividade, permitindo a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional, observadas as condições legais. A redação do edital contemplará a verificação do enquadramento tributário das participantes e observará eventuais impedimentos legais, assegurando o respeito aos princípios da isonomia e da legalidade.

Portanto, conclui-se que a aquisição direta de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude é a solução mais adequada, segura, legal e eficiente para o atendimento das necessidades públicas, em conformidade com os dispositivos legais vigentes e com os princípios da administração pública.



### **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)**

O parcelamento da contratação justifica-se pela natureza da demanda e pela própria característica dos itens a serem adquiridos, que envolvem gêneros alimentícios diversos, com diferentes prazos de validade, formas de acondicionamento, rotinas de consumo e frequências de uso.

Considerando que os alimentos perecíveis exigem entrega em menor escala e com maior regularidade, e que os não perecíveis podem ser adquiridos em quantidades maiores e com menor frequência, a divisão da contratação em itens compatíveis com essas especificidades permite melhor planejamento logístico, redução de perdas por vencimento ou deterioração e maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Além disso, o parcelamento estimula a competitividade entre fornecedores, possibilitando a participação de empresas de pequeno porte ou com especialização em determinados grupos de produtos, sem prejuízo à economicidade e à padronização da qualidade. A medida está em plena conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência, assegurando o atendimento integral das necessidades da Secretaria sem comprometer a continuidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

### **ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)**

As quantidades estimadas para compra, levam em conta o histórico de requisições e contratações desta Secretaria, (cabe salientar que anteriormente a secretaria se utilizava da licitação feita pela Secretaria de Administração e Finanças) bem como uma reformulação dos números de alguns itens, uma vez que recentemente foi feita uma revisão de todos os descritivos dos produtos, sendo que alguns sofreram mudanças de gramatura, o que impacta nas quantidades.

### **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021):**

Estima-se o valor da contratação em R\$ 179.277,15 (cento e setenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e quinze centavos).

### **ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)**

<b>Risco Identificado</b>	<b>Dano Potencial</b>	<b>Ações Preventivas</b>	<b>Ações de Contingência</b>
Inadimplemento ou atraso na entrega dos alimentos	Desabastecimento para os acolhidos e grupos, comprometendo o atendimento social	Exigir cronograma detalhado, habilitação técnica e previsão de penalidades no edital	Aplicar penalidades contratuais, convocar o segundo colocado ou promover nova contratação emergencial
Fornecimento de alimentos fora do padrão de qualidade	Risco sanitário, perda de alimentos, prejuízo à saúde dos usuários	Estabelecer critérios rigorosos de qualidade e validade no termo de referência; fiscalização na entrega	Rejeição imediata dos produtos, substituição às custas da contratada, acionamento da vigilância sanitária
Oscilação de preços no mercado alimentício	Risco de inexecutabilidade ou abandono do contrato	Realizar ampla pesquisa de preços atualizada e considerar margens realistas de variação	Reequilíbrio econômico-financeiro, se cabível, ou novo procedimento licitatório
Dificuldades logísticas do fornecedor	Atrasos nas entregas e falhas na distribuição conforme demanda	Exigir capacidade operacional mínima, cronograma escalonado e logística adaptada no edital	Reprogramação emergencial com fornecedores locais, ou aquisição complementar emergencial



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

Estocagem inadequada por parte da administração	Perda de produtos, vencimento e descarte	Planejamento de entregas fracionadas conforme capacidade de armazenamento	Readequação do cronograma de entregas e redistribuição interna
Ausência de competitividade no certame	Preço elevado e risco de deserto ou fracasso da licitação	Itens bem estruturados, especificações claras e ampla divulgação	Redefinição dos lotes ou relançamento do certame com ajustes técnicos

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)**

A solução consiste na aquisição planejada e contínua de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis pela administração pública, com entrega fracionada conforme necessidade da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude, a fim de atender de forma segura, regular e adequada as demandas específicas das atividades desenvolvidas no município de Dois Vizinhos.

Os alimentos serão destinados prioritariamente à preparação de lanches servidos nos grupos de mulheres, idosos e jovens, bem como aos eventos e mobilizações promovidos pela Secretaria, nos quais a alimentação se constitui como instrumento de acolhimento, incentivo à participação e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Trata-se de uma solução que assegura o cumprimento das responsabilidades públicas relacionadas à promoção da cidadania, da inclusão social e da dignidade dos usuários, garantindo a efetividade e a continuidade das ações e projetos desenvolvidos pela pasta.

### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Devido à natureza da contratação, como qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

- ~~a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a entrega de bens com características semelhantes ao objeto desta contratação;~~
- b) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário em plena validade.

Requisitos de execução:

- a) Entrega fracionada conforme demanda: Os gêneros alimentícios deverão ser entregues de forma parcelada, respeitando a periodicidade e as quantidades solicitadas em cada requisição formal emitida pela administração.
- b) Condições de fornecimento: Todos os produtos deverão estar dentro do prazo de validade, apresentando data de fabricação e validade legíveis.
- c) Alimentos perecíveis devem ser entregues em condições de conservação adequadas, respeitando as normas da vigilância sanitária vigentes.
- d) Produtos que exigem refrigeração ou congelamento deverão ser transportados em veículos apropriados, equipados com sistemas de controle de temperatura.
- e) Padrões de qualidade: Os produtos deverão atender aos padrões usuais de mercado, sendo de primeira qualidade, próprios para consumo humano e livres de avarias, deteriorações, odores estranhos, contaminações ou embalagens violadas.
- f) Frutas, verduras e hortaliças deverão ser frescas, maduras e próprias para o consumo no ato da entrega, sem sinais de apodrecimento ou desidratação.
- g) Local de entrega: As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado pela Secretaria da Mulher, do Idoso e da Juventude, na Rua Atanásio Pires, nº 697, Bairro das Torres em Dois Vizinhos-PR, dentro do horário comercial, salvo ajustes específicos previamente autorizados pela Secretaria.
- h) Prazo de entrega após solicitação: O prazo de entrega para os itens perecíveis é de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ordem de entrega, de forma fracionada, conforme demanda.



- i) O prazo de entrega para os itens não perecíveis é de 15 (quinze) dias, contados da ordem de entrega, de forma fracionada, conforme demanda.
- j) Responsabilidade pelo transporte e descarregamento: Todo o transporte dos produtos até o local de entrega, incluindo o descarregamento, será de responsabilidade exclusiva do contratado, sem ônus adicional para a administração pública.
- k) Substituição de produtos inadequados: Caso, no ato do recebimento, sejam identificados produtos em desacordo com as especificações, vencidos, com avarias ou em condições impróprias para o consumo, o fornecedor deverá providenciar a substituição imediata, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- l) Fiscalização e acompanhamento: A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria da Mulher, do Idoso e da Juventude, os quais poderão registrar ocorrências, solicitar substituições e aplicar as penalidades previstas no contrato.

**JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)**

~~**Atestado de Capacidade Técnica:** Este documento é exigido para comprovar que o fornecedor possui experiência prévia e capacidade operacional para atender às especificações técnicas do objeto contratado. O fornecimento de alimentos, especialmente aquelas que incluem itens perecíveis como proteína de frango, exige estrutura logística e operacional adequadas, incluindo armazenamento e transporte em condições que preservem a integridade e a qualidade dos alimentos. O atestado garante que a empresa já tenha atuado com sucesso em demandas semelhantes, minimizando riscos de execução inadequada e garantindo a entrega dentro dos padrões estabelecidos.~~

**Licença Sanitária:** A apresentação de licença sanitária válida é uma exigência que visa assegurar que os fornecedores estão em conformidade com as normas de saúde e segurança alimentar estabelecidas pelos órgãos competentes. A inclusão de itens alimentícios requer rigor no cumprimento de padrões sanitários para evitar contaminações e prejuízos à saúde dos beneficiários. Essa exigência também assegura que os fornecedores possuem instalações adequadas, sejam elas para armazenamento ou manuseio dos produtos, promovendo a confiança na qualidade dos alimentos entregues.

**POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, por si só, não configura atividade de significativo impacto ambiental, uma vez que se trata de fornecimento de bens de consumo cotidiano, com características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado. No entanto, é possível reconhecer que determinadas etapas do processo, como o transporte dos produtos, o uso de embalagens plásticas descartáveis e o descarte inadequado de resíduos alimentares ou materiais de acondicionamento, podem gerar impactos ambientais indiretos.

Entre os possíveis impactos estão: o aumento na geração de resíduos sólidos (principalmente embalagens plásticas, papelão e isopor), o consumo de combustíveis fósseis durante a logística de entrega (com emissão de gases de efeito estufa), e o descarte inadequado de alimentos vencidos ou deteriorados, que pode gerar contaminação do solo e da água se não forem observadas as normas de manejo e descarte correto.

Como medidas mitigadoras, a Secretaria adotará práticas de controle no recebimento e no armazenamento dos produtos, assegurando o cumprimento rigoroso dos prazos de validade e das condições sanitárias, com vistas a minimizar perdas e desperdícios. Sempre que possível, será





priorizada a aquisição de produtos com embalagens recicláveis e/ou biodegradáveis, e será recomendada a fornecedores a utilização de embalagens com menor volume de material não reciclável. Quanto à destinação de resíduos, os alimentos impróprios para o consumo humano serão descartados de acordo com as orientações da vigilância sanitária e da política municipal de resíduos sólidos, buscando parcerias com o setor de agricultura ou instituições que possam reaproveitar orgânicos para compostagem, quando viável. Já as embalagens serão devidamente separadas e encaminhadas à coleta seletiva, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a política ambiental local.

#### **REGIME DE FORNECIMENTO** (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de execução adotado para a presente contratação será o de **fornecimento e prestação de serviço associado**, conforme previsto no inciso VII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. A contratação envolve não apenas a entrega dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, mas também a execução de atividades complementares indispensáveis para assegurar a adequada prestação do serviço público, como transporte em condições apropriadas, descarregamento, controle de qualidade no momento da entrega e substituição imediata de itens em desconformidade.

Dado que as entregas serão fracionadas e realizadas conforme necessidade definida pela Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude, o regime escolhido garante a regularidade, a segurança sanitária e a eficiência logística necessárias à execução contínua das atividades institucionais da pasta, alinhando-se aos princípios da economicidade, da eficiência e da legalidade que norteiam a administração pública.

#### **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Cristiane Regina Mazurana

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

#### **CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES** (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não existem contratações correlatas ou interdependentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

#### **ALINHAMENTO COM O PAC** (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente contratação não consta originalmente no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício vigente, tendo em vista que, à época da elaboração e consolidação do referido plano, não havia previsão detalhada da ampliação dos grupos e eventos que viriam a demandar fornecimento contínuo de gêneros alimentícios por parte da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude.

A natureza dinâmica das políticas públicas voltadas a esses segmentos populacionais — mulheres, idosos e juventude — frequentemente exige adaptações e respostas céleres às demandas



sociais emergentes, sobretudo quando vinculadas à promoção da cidadania, da inclusão social e do fortalecimento de vínculos comunitários.

Durante o exercício, identificou-se um crescimento expressivo na adesão às atividades da Secretaria, bem como a intensificação de ações e eventos temáticos, os quais passaram a demandar apoio logístico e estrutural, especialmente no tocante à oferta de alimentação. Diante desse cenário, tornou-se necessária a adoção de medidas administrativas imediatas para assegurar a continuidade e a qualidade das ações realizadas, mesmo que não previstas inicialmente no PAC.

Destaca-se que a ausência de previsão não invalida a contratação, conforme disposto no §2º do art. 11 do Decreto nº 10.947/2022, que regulamenta o Plano Anual de Contratações na esfera federal e é utilizado como referência por muitos entes subnacionais. Segundo o dispositivo, alterações justificadas e devidamente formalizadas ao longo do exercício são admissíveis, desde que atendam ao interesse público e observem os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Assim, a contratação ora proposta encontra respaldo na urgência administrativa e na necessidade concreta de assegurar a execução eficaz das atividades institucionais da Secretaria, sendo plenamente justificável a sua realização mesmo à margem da previsão original no PAC.

#### **A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

#### **O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Os gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a serem adquiridos são classificados como **bens comuns**, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que os define como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de produtos amplamente disponíveis, com características padronizadas, tais como leite, arroz, feijão, frutas, hortaliças, carnes, pães, bolachas, sucos e demais alimentos de consumo cotidiano. A natureza comum desses bens permite a descrição precisa das exigências de qualidade, validade, condições sanitárias e forma de apresentação, garantindo julgamento objetivo das propostas e assegurando ampla competitividade entre fornecedores. A adoção dessa classificação promove a simplicidade procedimental, a economicidade e o respeito aos princípios da eficiência, da legalidade e da isonomia, fundamentais à contratação pública.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

#### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Considerando a natureza do objeto da contratação, que consiste no fornecimento contínuo e fracionado de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis classificados como bens comuns, entende-se pela **dispensa da exigência de garantia contratual**, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de garantia da execução contratual visa resguardar a administração pública em contratações que envolvam risco relevante de inadimplemento ou cuja natureza do objeto



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

apresente alta complexidade técnica, o que não se aplica ao caso em análise. A contratação ora pretendida refere-se ao fornecimento de produtos amplamente disponíveis no mercado, com padrões de qualidade facilmente aferíveis e substituíveis em caso de descumprimento, não configurando execução de obra, prestação de serviço especializado de alta complexidade, nem fornecimento de bens estratégicos que justifiquem a necessidade de garantias adicionais.

Ademais, a exigência de garantia poderia onerar desnecessariamente os licitantes, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte, restringindo a competitividade e contrariando os princípios da isonomia e da ampliação da participação de fornecedores, previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que eventuais descumprimentos contratuais poderão ser devidamente sancionados mediante a aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, o que já assegura a proteção do interesse público sem a necessidade de instituição de garantia específica.

Dessa forma, a não exigência de garantia revela-se medida adequada, proporcional e juridicamente amparada, alinhando-se aos princípios da razoabilidade, da economicidade e da eficiência que regem a contratação pública.

**CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)**

A contratação é adequada e necessária para garantir o atendimento regular e seguro das demandas da Secretaria Municipal da Mulher, do Idoso e da Juventude, assegurando a oferta de alimentação nos grupos de mulheres, idosos e jovens, bem como nos eventos e mobilizações realizados pela pasta, promovendo a participação, o fortalecimento de vínculos e a inclusão social.

A medida cumpre as responsabilidades públicas assumidas pela Secretaria, atende ao interesse público de maneira eficiente e planejada e reafirma o compromisso da gestão com a promoção da cidadania e da dignidade dos públicos atendidos.

**MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)**

(X) Pregão, (X) Tradicional ( ) SRP

Critério de julgamento:

(x) menor preço.

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

( ) SIM

(x) NÃO

**FONTE DE RECURSOS**

( x ) Recursos Próprios

( x ) Recursos Estaduais

( ) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 29 de abril de 2025.

Cátia Bonin  
Secretária de Assistência Social e Cidadania  
Responsável pela Elaboração do ETP  
Matrícula Funcional 19025-1